

Desenvolvimento sustentável: paradigmas, conceitos, dimensões e estratégias



Romilson Rodrigues

Pereira é servidor do Tribunal de Contas da União, bacharel e mestre em Economia pela Universidade de Brasília (UnB), especialista em Política e Estratégia (UnB), Políticas Públicas (UFRJ) e em *Governance & Accountability* (CCAF/OAG – Canadá)

1. INTRODUÇÃO

O propósito deste artigo é o de contribuir para os debates que se seguem sobre desenvolvimento sustentável, em face da Rio+20 (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável que foi realizada no Rio de Janeiro em junho de 2012).

Para tanto, o ensaio procura mostrar como se chegou até aqui, ou seja, traçar uma linha do tempo com os principais acontecimentos nesta área (Seção II), bem como discutindo sobre os paradigmas (Seção III) e as dimensões (Seção IV) do desenvolvimento sustentável para, finalmente, (Seção V) concluir pela necessidade de um instrumento prático - uma estratégia de desenvolvimento sustentável - que possibilite aos países e às organizações acabar com o discurso retórico da proteção ambiental e efetivar medidas com resultados de curto prazo.

Neste novo milênio teve início um movimento de promoção do desenvolvimento sustentável (responsabilidade social e ambiental)



por parte de empresas e governos. No âmbito do setor público, as empresas públicas e sociedades de economia mista (principalmente) começam a aderir a uma gestão que incorpora princípios da responsabilidade social, inclusive com publicação de balanços sociais. Há, então, uma tentativa de incorporar objetivos sociais e ambientais às metas de eficiência econômica, mediante ações próprias ou apoio a programas públicos do governo voltados para inclusão social, erradicação da pobreza e da fome, combate à corrupção e proteção ambiental.

O desafio atual é internalizar os conceitos e práticas deste processo e verificar se ele efetivamente contribui para uma agenda social, alicerçada nos pilares do desenvolvimento sustentável.

O paradigma do desenvolvimento sustentável (DS) coloca órgãos e entidades governamentais frente ao desafio de prestar contas à sociedade das ações com foco neste novo modelo. A tarefa de tais entes é de liderar pelo exemplo, à medida que demonstram progresso em seus objetivos em termos de desenvolvi-

mento sustentável. Na prática essa tarefa assume duas dimensões: (i) o setor público deve estabelecer políticas de longo alcance que catalisem o desenvolvimento sustentável (ou seja, atuar como agente vetor do DS); (ii) ao mesmo tempo, ele deve prestar contas do desempenho das próprias operações em termos de sustentabilidade, incluindo desde a administração de recursos humanos e das instalações, até aquisição/fornecimento de bens e serviços (ou seja, atuar como agente promotor do DS).

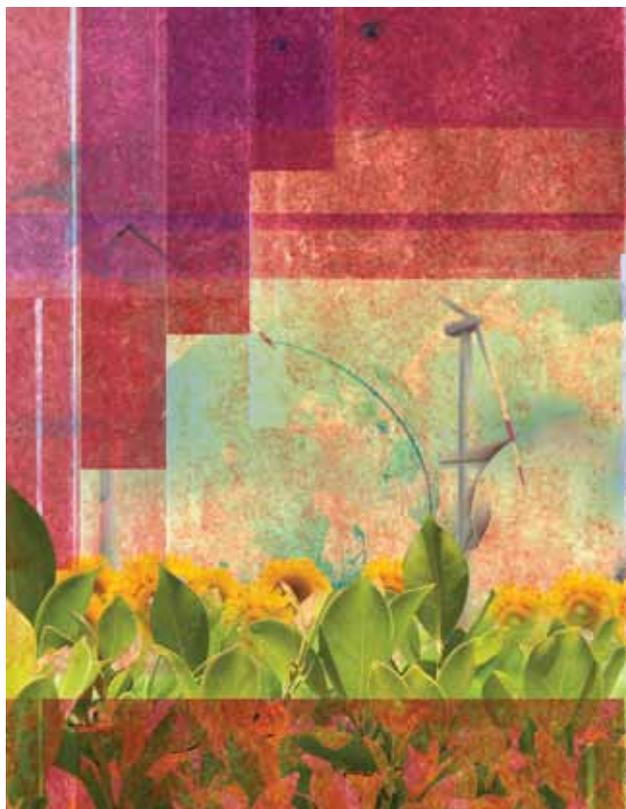
Um dos reflexos deste novo paradigma é a proposta de uma Lei de Responsabilidade Social que já começa a ser discutida no Congresso Nacional. Sendo um compromisso do qual a sociedade passa a exigir de um orçamento a fim de promover um desenvolvimento efetivamente sustentável e não apenas voltado para o equilíbrio econômico-financeiro das contas públicas. Ao mesmo tempo, busca-se uma forma de prestação de contas pautada por resultados sociais das políticas, dos programas, projetos e atividades do setor público (eficácia e efetividade), para que não se tenha apenas uma

análise dos tradicionais balanços patrimonial, econômico e financeiro (eficiência).

Todas estas questões devem começar a fazer parte da agenda desenvolvida no processo de elaboração, tramitação, aprovação e fiscalização do orçamento público federal. Tais tarefas envolvem profissionais de diversas áreas de conhecimento, os quais necessitam, portanto, especializar-se na temática do desenvolvimento sustentável para poderem melhor atuar na prática.

2. MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - LINHA DO TEMPO

Ao longo do Século XX houve uma grande transformação da relação homem com a natureza. Abaixo listamos, em ordem cronológica, os fatos mais importantes relacionados com tal mudança, os quais podem ser causa e/ou consequência.



- 1920 – Criação da Liga das Nações para promover a paz e a segurança no pós-guerra.
- 1934 – No Brasil é realizada a 1ª Conferência Brasileira de Proteção à Natureza.
- 1937 – Criado o 1º Parque Nacional Brasileiro, o Parque Nacional de Itatiaia.
- 1945 – Criação da ONU
- 1948 – A ONU publica a Declaração dos Direitos Humanos. Criação da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), por um grupo de cientistas vinculados à ONU.
- 1949 – Realizada a Conferência Científica da ONU sobre a Conservação e a Utilização de Recursos.
- 1958 – Criada no Brasil a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza.
- 1960 – Formação do Clube de Roma, associação de cientistas políticos e empresários preocupados com questões globais.
- 1962 – Publicação do livro *Silent Spring* de Rachel Carlon, que contribuiu para a criação da Agência de Proteção Ambiental dos EUA - EPA.
- 1968 – Conferência Intergovernamental para o Uso Racional e a Conservação da Biosfera, organizada pela Unesco.
- 1971 – Nasce o *Greenpeace*.
- 1972 – Divulgação do primeiro relatório do Clube de Roma, *The Limits of Growth*, evidenciando a insustentabilidade do modelo de produção e consumo vigentes.
- 1972 – Conferência de Estocolmo – Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, que como resultado dá origem ao PNUMA (Unep) e ao Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho).
- 1973 – Surge o termo **ecodesenvolvimento**, colocado como alternativa à concepção clássica de desenvolvimento, com alguns aspectos articulados por

- Ignacy Sachs, os quais abordavam prioritariamente a questão da educação, da participação, da preservação dos recursos naturais juntamente com a satisfação das necessidades básicas.
- 1974 – Reunião da Conferência das ONU sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTD) e do PNUMA, resultou na **Declaração de Cocoyok**, afirmando que a causa da explosão demográfica era a pobreza, que também gerava a destruição desenfreada dos recursos naturais.
 - 1975 - O PNUMA e 13 organizações da ONU contribuem para o aprofundamento da Declaração de Cocoyok, que gerou o denominado Relatório *Dag-Hammarskjold*, o qual aponta a relação entre o abuso do poder e os problemas de degradação ambiental e críticas à sociedade industrial e aos países industrializados.
 - 1977 – A França cria a lei do balanço social, contemplando os direitos humanos no ambiente de trabalho.
 - 1980 – A UICN juntamente com o PNUMA e o WWF lançam o documento *World Conservation Strategy*, o qual afirma que a conservação da natureza não poderia ser alcançada sem o desenvolvimento necessário para aliviar a pobreza e a miséria.
 - 1983 – Criada, pelo PNUMA, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), por intermédio da ONU, também conhecida como Comissão *Brundtland*, com o objetivo de reexaminar os problemas críticos do meio ambiente e desenvolvimento do planeta e formular propostas realistas para solucioná-las.
 - 1986 – O desastre de *Chenorbyl* (na URSS) ascende as discussões sobre os perigos da energia nuclear.
 - 1987 – Relatório Final da Comissão *Brundtland*, Nosso Futuro Comum.
 - 1991 – A UICN o PNUMA e o WWF lançam o documento *Caring for the Earth*, ampliando o conteúdo do documento anterior *World Conservation Strategy*.
 - 1992 – Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a Rio-92 ou Eco-92 ou Cúpula da Terra, saudada como o mais importante e promissor encontro planetário do século XX, com representantes de 179 países e 100 chefes de Estado, na qual foram aprovados os seguintes documentos oficiais: Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento; Convenção sobre Mudanças Climáticas; Declaração de Princípios sobre Florestas; Agenda 21 Global da ONU, na qual os signatários comprometeram-se a definir sua própria Agenda, fixando prioridades, envolvendo a sociedade e o governo, promovendo parcerias e introduzindo meios de implementação de políticas e programas capazes de reverter os processos de insustentabilidade do modelo de desenvolvimento em vigor no mundo.
 - 1992 - O Clube de Roma publica o relatório **Além dos Limites**, que apresenta de modo contundente os prejuízos provocados pelo homem no meio ambiente e a incapacidade da natureza de se regenerar na mesma velocidade de degradação.
 - 1993 – Lançamento da certificação ambiental ISO 14000. É fundado o *Forest Stewardship Council* (FSC) para dispor sobre uso sustentável das florestas.
 - 1996 – Criação da *British Standards BS 8800*, para certificar a gestão da segurança e da saúde no trabalho.
 - 1997 – Surge o *Global Reporting Initiative* (GRI), para relatar as atividades sustentáveis das companhias.
 - 1999 – O Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, lança as bases para o Pacto

Global, primeira proposta vinda da ONU tratando do tema responsabilidade social empresarial. Lançada a AA1000, norma de prestação de contas para assegurar a qualidade da contabilidade, auditoria e relato social ética nas empresas.

- 2000 – na UNESCO foi aprovada a **Carta da Terra**, apresentada e assumida pela ONU em 2002, que baseada em princípios e valores fundamentais, serve como um código ético planetário equivalente à Declaração Universal dos Direitos Humanos no que concerne à sustentabilidade, à equidade e à justiça. Criação dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Lançamento oficial do Pacto Global. Realização da Cúpula do Milênio, considerada a maior reunião de dirigentes mundiais de todos os tempos, de onde saíram as Metas do Milênio.
- 2002 – Realização da Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável da ONU, em 2002 na África do Sul (Rio+10), na qual o conceito de desenvolvimento sustentável assume uma abordagem integrada, pois passa a incluir, além dos aspectos sociais, econômicos e ambientais (o tradicional tripé), questões políticas (ou político-institucional) e culturais na busca do equilíbrio entre as necessidades e as prioridades não somente de gerações distintas, mas também entre diferentes grupos e gerações no presente.
- 2002 - A Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional (CPDS), criada por decreto presidencial em 26/02/1997, publica o documento **Agenda 21 Brasileira – Ações Prioritárias** com o objetivo de internalizar nas políticas públicas do país os valores e princípios do desenvolvimento sustentável.

- 2012 - Rio+20: Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio de Janeiro – junho/2012.

3. PARADIGMAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O paradigma mestre do DS é promover um desenvolvimento que represente efetivamente bem-estar, justiça, cidadania e qualidade de vida para as atuais e futuras gerações. Para melhor entender o conceito de DS é melhor separar o significado de cada termo.

Desenvolvimento:

- nas ciências sociais, desenvolvimento sugere a evolução dos sistemas sociais humanos de mais simples a mais complexos;
- crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não suficiente;
- desenvolvimento: crescimento dos meios de produção, acumulação, inovação técnica e aumento da produtividade.

Sustentável:

- sustentar: segurar, suportar, apoiar, resistir, conservar, manter;
- sustentável: capacidade de suporte do binômio recursos-população.

Para se falar de **sustentabilidade** é preciso conectar o termo à sua etimologia. A sustentabilidade é a capacidade de um processo ou forma de apropriação de recursos continuar a existir por um longo período. Isso nos leva à expressão **desenvolvimento sustentável**. Por sua vez, cabe distinguir os termos desenvolvimento sustentado e desenvolvimento sustentável, que, frequentemente, se confundem.

O termo **desenvolvimento sustentado**, que já está em desuso, refere-se ao desenvolvimento conquistado em período recente e que precisa vigorar, doravante, em clima previsível de crescimento com estabilidade, baseado em medidas restritivas, indispensáveis para se atingir novo patamar de crescimento, ao mesmo tempo em que é pré-condição para a continuidade do crescimento. Tais medidas, de ordem macroeconômica, consubstanciam-se basicamente no controle da dívida pública, na responsabilidade fiscal e no equilíbrio orçamentário e financeiro.

A expressão **desenvolvimento sustentável**, por sua vez, apresenta uma perspectiva mais abrangente. Ele pode ser entendido como um conjunto de mudanças estruturais articuladas, que, dentro de um novo modelo da sociedade da informação e do conhecimento, internalizam a dimensão da sustentabilidade em diversas dimensões: social, econômica, ambiental, político-institucional e cultural.



Desenvolvimento sustentável – definição clássica (Nosso Futuro Comum - WORLD COMMISSION, 1987):

“Desenvolvimento sustentável é um novo tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso humano não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo o planeta e até um futuro longínquo. É aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. É, em essência, um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas”.

Além desta clássica definição de desenvolvimento sustentável, podemos enumerar as seguintes:

- Um conceito normativo que envolve compromissos entre objetivos sociais, ecológicos e econômicos.
- Uma nova maneira de perceber as soluções para os problemas globais, que não se reduzem apenas à degradação ambiental, mas que incorporam dimensões sociais, políticas e culturais, como a pobreza e a exclusão social.
- Um processo que promove o desenvolvimento econômico sem deteriorar ou prejudicar a base de recursos (humanos e naturais) que lhe dá sustentação.
- O mais recente conceito que relaciona as coletivas aspirações de paz, liberdade, melhoria das condições de vida e de um meio ambiente saudável.

- Um vetor no tempo de objetivos sociais desejáveis, tais como: incrementos de renda *per capita*, melhorias no estado de saúde, níveis educacionais aceitáveis, acesso aos recursos, distribuição mais equitativa de renda e garantia de maiores liberdades fundamentais.
- Um novo paradigma de orientação dos processos e reavaliação dos relacionamentos da economia e da sociedade com a natureza, bem como das relações do Estado com a sociedade civil.
- Discutir a permanência ou a durabilidade da estrutura de funcionamento de todo o processo produtivo sobre o qual está assentada a sociedade humana contemporânea.
- A tentativa de administrar a voracidade humana.
- Administrar o nosso presente tendo em vista o futuro dos outros, através de uma arbitragem entre o desejável altruísta e o possível egoísta.
- Uma declaração moral sobre como deveríamos viver sobre o planeta e uma descrição das características físicas e sociais que deveriam existir no mundo.
- Uma estratégia por meio da qual comunidades buscam um desenvolvimento que também beneficie o meio ambiente local e a qualidade de vida.
- Um importante guia para comunidades que descobriram que os métodos tradicionais de planejamento e desenvolvimento estão criando, em vez de resolver, problemas sociais e ambientais.
- Um conceito antropocêntrico que rompe com a antiga abordagem conservacionista em relação aos recursos naturais e com a tendência de colocar as outras espécies acima dos seres humanos.

4. DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu no cenário global em 1987 no relatório “Nosso Futuro Comum”, da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU. O termo DS foi, então, definido como o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades”. Na prática o que se queria era que o desenvolvimento econômico levasse em conta os impactos ambientais e sociais. Assim, qualquer tipo de desenvolvimento, para ser definido como sustentável, deveria incluir, por meio de uma abordagem integrada, aspectos sociais, econômicos e ambientais (o “tripé”).

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio-92, sediou o fórum no qual este conceito foi amplamente discutido. Na ocasião, 179 chefes de Estado e de Governo assinaram a Agenda Global da ONU, comprometendo-se a definir a própria Agenda, fixando prioridades, envolvendo a sociedade e o governo, promovendo parcerias e introduzindo meios de implementação de políticas e programas capazes de reverter os processos de insustentabilidade do modelo de desenvolvimento em vigor no mundo.

Neste início de milênio, principalmente em função da Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável da ONU, realizada em 2002 na África do Sul, o conceito de desenvolvimento sustentável assume uma abordagem integrada, pois passa a incluir, além dos aspectos sociais, econômicos e ambientais (o tradicional tripé), questões políticas (ou político-institucional) e culturais na busca do equilíbrio entre as necessidades e as prioridades não somente de gerações distintas, mas também entre diferentes grupos e gerações no presen-

te. A preocupação com os aspectos políticos e culturais da sustentabilidade irão garantir o equilíbrio entre as necessidades e as prioridades de diferentes grupos ou gerações.

No Brasil o principal reflexo disso é encontrado no documento oficial do Governo Brasileiro, “Agenda 21 Brasileira – Ações Prioritárias”, elaborado em 2002, o qual pretende esboçar uma “proposta realista e exequível de desenvolvimento sustentável para o país, levando-se em consideração suas restrições econômicas, políticos-institucionais e culturais”. Por sua vez, o IBGE, na publicação “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – Brasil 2004”, apresenta tais indicadores organizados em quatro dimensões: “ambiental, social, econômica e institucional”. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) também já fala em “superação dos limites da intervenção ecológica para fazer o debate e a ação avançarem na direção da sustentabilidade socioambiental, segundo os princípios estabelecidos nas diretrizes do Ministério do Meio Ambiente: Desenvolvimento Sustentável, Transversalidade, Fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente, Controle e Participação Social”.

O Plano Plurianual 2004-2007 do Governo Federal, igualmente, mostrou sinais de inclusão de questões ligadas ao desenvolvimento sustentável na parte dos megaobjetivos:

- I. Inclusão social e redução das desigualdades sociais;
- II. Crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais; e
- III. Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.

No campo internacional diversos países também reformulam suas ideias sobre as dimensões do DS. A Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA), por exemplo, estabelece que as dimensões do DS envolvam uma grande escala de atividades econômicas, sociais, ambientais e institucionais que são interdependentes e mutuamente balanceadas. Assim, por exemplo: nenhuma atividade econômica que degrada o meio ambiente será sustentável; é inútil, ou seja, insustentável, oferecer salas de aula se as crianças têm que trabalhar para ajudar na sobrevivência da



família; nenhum programa agrícola será sustentável sem que ele planeje conscientemente a inclusão diferenciada das mulheres, ou seja levando em conta as necessidades específicas, pois são elas, geralmente, o principal grupo produtivo nesta área; nenhum país consegue se livrar sozinho da pobreza se ele está lutando para saldar dívidas internacionais ou envolvido em conflitos armados.

Outras instituições e autores, levando em conta a expansão das dimensões do conceito de desenvolvimento sustentável para além do tradicional tripé, formularam diferentes abordagens para a questão. Como exemplos, citam-se as abordagens de distintos agentes: um cientista social e filósofo cristão (Leonardo Boff), um 'economista ambiental' (Ignacy Sachs), um grupo empresarial multinacional (Grupo Arcelor) e um pesquisador da área de Administração (Hans Michael Van Bellen):

5. LEONARDO BOFF

- **Ecologia Ambiental:** ser humano integrado ao meio ambiente.
- **Ecologia Social:** priorizar o saneamento básico, a rede escolar e o combate à injustiça.
- **Ecologia Mental:** nova ética, nova relação com a natureza (não destrutiva e benevolente).
- **Ecologia Integral:** não separação entre a terra e a humanidade; seres humanos são seres universais.

6. IGNACY SACHS

- **Sustentabilidade social:** parte do princípio da justiça social, ou seja, embasa-se nos conceitos de melhor distribuição de renda e de bens, de modo a permitir a redução das diferenças nos padrões de vida entre as classes sociais.

- **Sustentabilidade econômica:** refere-se ao ótimo locacional e à gestão eficiente dos recursos, assim como a um constante fluxo de inversões públicas e privadas que, necessariamente, devem ser analisadas não somente pela ótica do retorno empresarial, mas também em termos de retorno social.
- **Sustentabilidade ecológica:** relaciona-se com o uso adequado dos recursos dos diversos ecossistemas, com destaque para os produtos fósseis e resíduos de origem industrial. Esse processo de simbiose pode ser equilibrado por meio de tecnologias apropriadas ao desenvolvimento urbano, rural e industrial. Define um arcabouço institucional ajustando o desenho das instituições a um novo modelo de proteção dos recursos naturais.
- **Sustentabilidade espacial:** é adquirida a partir da equidade distributiva territorial dos aglomerados humanos e econômicos, objetivando minimizar o impacto das regiões metropolitanas, proteger os ecossistemas frágeis e instituir unidades de reservas naturais a fim de proteger a biodiversidade.
- **Sustentabilidade cultural:** inclui soluções criativas para o conceito de ecodesenvolvimento, por meio de soluções específicas que possibilitem a continuidade cultural, contemplando-se a região, sua cultura e ecossistema.
- **Sustentabilidade ambiental:** consiste em se respeitar a capacidade de suporte, resistência e resiliência dos ecossistemas.
- **Sustentabilidade política nacional:** baseada na democracia e no respeito aos direitos humanos, de modo que o Estado implemente um projeto nacional em parceria com todos os atores desse processo.
- **Sustentabilidade política internacional:** consiste na aplicação do princípio da

precaução na gestão dos ativos ambientais, assim como em garantir a paz entre as nações e promover a cooperação internacional nas áreas financeira e de ciência e tecnologia.

7. GRUPO ARCELOR

- **Visão Econômica** da Sustentabilidade: a atividade econômica é a base do desenvolvimento sustentável. Porém, é imprescindível o equilíbrio entre homem, negócio e natureza. Não existe sustentabilidade em sociedades improdutivas. Mas qualquer iniciativa deve primar pela harmonia entre as duas grandes Ecos: Economia e Ecologia.
- **Visão Ambiental** da Sustentabilidade: a sustentação dos recursos naturais só depende de uma coisa: atitude. Aprimorar, continuamente, as relações com o corpo que nos cerca, o meio em que vivemos e as pessoas à nossa volta é a melhor forma de evitar a aridez da consciência ambiental.
- **Visão Social** da Sustentabilidade: a responsabilidade deve começar dentro de casa, oferecendo oportunidades a todas as formas de organização, focadas na produtividade. Podemos olhar divisões geopolíticas, etnias, minorias, diferenças, ou ver, através delas, o mosaico do respeito que brinda ao convívio e à harmonia ao unificar visões.
- **Visão Política** da Sustentabilidade: a teia da vida requer uma ação em rede, multiplicando recursos, mobilizando pessoas e instituições, promovendo a abrangência e a autossustentação. A certeza do amanhã depende de gestão. O interesse de quem governa deve elevar o bem comum acima de qualquer interesse que signifique descontinuidade.

- **Visão Cultural** da Sustentabilidade: um sopro de criatividade resgata o passado e finca raízes referenciais ao dar forma ao barro; a habilidade repassada sustenta a tradição, esculpindo alternativas de inclusão. Assegurar a perpetuação de culturas não significa isolá-las; sobretudo, integrá-las e conservá-las, como uma malha imprescindível na tapeçaria plural da diversidade.
- **Visão Espiritual** da Sustentabilidade: resgatar as raízes emocionais da responsabilidade nos remete à compaixão e à certeza de que tudo merece existir. Olhar as partes e o todo é uma forma de ver Deus. Religiosidade é método. Espiritualidade é vivência. É possível ser religioso sem ser espiritual. Mas será sustentável apenas a intenção orientada pela Luz.



8. HANS MICHAEL VAN BELLEN

- Sustentabilidade da perspectiva **econômica**: abrange alocação e distribuição eficiente dos recursos naturais dentro de uma escala apropriada; o mundo é visto em termos de estoque e fluxo de capital: monetário ou econômico, ambiental e/ou natural, humano e social.
- Sustentabilidade da perspectiva **social**: a ênfase é dada à presença do ser humano na ecosfera; a preocupação maior é com o bem-estar humano, a condição humana e os meios utilizados para aumentar a qualidade de vida dessa condição.
- Sustentabilidade da perspectiva **ambiental**: a principal preocupação é relativa aos impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente.
- Sustentabilidade da perspectiva **geográfica**: pode ser alcançada por meio de uma melhor distribuição dos assentamentos humanos e das atividades econômicas; deve-se procurar uma configuração rural-urbana mais adequada para proteger a diversidade biológica, ao mesmo tempo

em que se melhora a qualidade de vida das pessoas.

- Sustentabilidade da perspectiva **cultural**: está relacionada ao caminho da modernização sem o rompimento da identidade cultural dentro de contextos espaciais específicos.

Acontece, porém, que a problemática do DS no âmbito governamental ficou reduzida a planos e agendas que, na maioria das vezes, eram mera retórica. Na ocasião da Conferência da ONU de 2002 (*World Summit on Sustainable Development*), por exemplo, foi verificado que, desde a Rio 92, na prática pouco se tinha avançado nos compromissos feitos há dez anos.

A dificuldade parece ter sido trazer o conceito global de DS para os níveis nacional regional, local e, finalmente, organizacional (institucional), onde as coisas realmente acontecem. Ou seja, no fundo, havia um problema em se levar o conceito do discurso (teoria) à prática.

As dimensões espaciais do desenvolvimento sustentável, *locus* receptivo da ação

FIGURA 1

Dimensões Espaciais do Desenvolvimento Sustentável

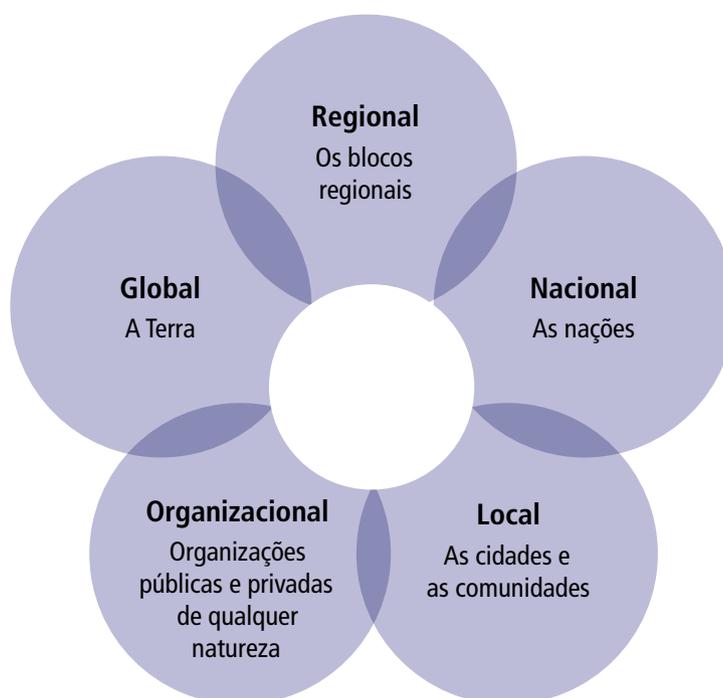


FIGURA 2

Dimensões Conceituais da Sustentabilidade



(Figura 1), que não se confundem com as dimensões (pilares) conceituais (Figura 2, infra) precisam ser bem delimitadas para que se tenha uma noção clara de onde ocorre o impacto principal da ação executada/planejada. Uma ação que intenta promover o desenvolvimento sustentável pode ter um impacto num *locus* diferente do planejado, o que pode levar o agente à errônea percepção de que não houve sucesso, quando na verdade a contribuição da ação está sendo efetiva para o DS, porém numa perspectiva diferente. Por exemplo, uma organização com atividades que contribuem basicamente para o DS organizacional pode achar que não necessita de uma estratégia de desenvolvimento sustentável porque entende, erroneamente, que não está ao seu alcance tal empreitada. A concepção holística do DS implica que as dimensões espaciais estão interligadas e desmitifica a idéia de que o DS está a cargo apenas das nações ou de organismos supranacionais. Na verdade, o *locus* mais importante da sua ocorrência está nas instituições públicas e privadas de qualquer natureza (organizacional), seguido das cidades e comunidades (local), pois são nestas

dimensões que o cidadão tem oportunidade efetiva de participação.

9. CONCLUSÃO: A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (EDS)

Uma EDS, a exemplo da Agenda 21 Brasileira, é uma plataforma de ação definida consensualmente com setores importantes do Estado (lideranças do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário), do mercado (organizações produtivas) e da sociedade civil (comunidade científica, ONGs) para que a estratégia nacional para o desenvolvimento passe a ser orientada pelos princípios do DS. Ela pode ser considerada única opção capaz de compatibilizar os interesses das gerações presentes e futuras, pois tem como objetivo: internalizar, nas políticas públicas do país e em suas prioridades regionais e locais, os valores e princípios do DS.

Em um nível organizacional uma EDS pode ser tida como um mapa de valores e princípios que direcionam as atividades de uma organização de forma a que o progresso não

ocorra com desrespeito ao direito de gerações futuras e de terceiros nos aspectos ambientais, sociais, políticos, culturais e econômicos. É um programa participativo (o que pressupõe voluntariedade e consenso) que, inicialmente, analisa a situação da instituição, com base em parâmetros de sustentabilidade, e estabelece mecanismos e condições para que as ações presentes e futuras sejam executadas de forma sustentável, ou seja, conciliando proteção ambiental, justiça social, respeito às diversidades culturais, estabilidade política e eficiência, eficácia e economia dos processos, sempre de uma forma integrada.

A EDS, todavia, precisa ser um documento vivo que deve ser incorporado ao cotidiano das organizações. Caso contrário, ele será mais uma das inúmeras cartas de “boas” intenções que, ao final, não levam a nada, nem sequer se transformam numa boa estratégia de marketing organizacional. “É disso que se trata”, como bem nos lembra do outra Sachs (o Jeffrey) neste trecho da entrevista ao Jornal Valor Econômico:

A conferência do Rio em 1992 foi uma grande conquista da legislação ambiental internacional. Três grandes tratados ambientais saíram de lá: a Convenção do Clima, a da Biodiversidade e a do Combate à Desertificação. Quando olhamos para tudo isso 20 anos depois, temos três fundamentos da lei internacional, mas sem muito resultado. A mudança climática piorou dramaticamente e não temos um arcabouço no qual trabalhar. Registramos perdas gigantes em biodiversidade e enfrentamos secas cada vez mais fortes nas regiões áridas. Acho que é justo dizer que nos últimos 20 anos houve muito debate sobre legislação e acordos, mas não muito progresso em ações concretas. Penso que teríamos de sair da Rio+20 com caminhos práticos. Em outras palavras: esses problemas não devem ser deixados mais ao crivo de advogados. É preciso encontrar abordagens de desenvolvimento sustentável que façam sentido, que sejam mensuráveis e possíveis de replicar. É disso que se trata.



REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. Meio Ambiente e Espiritualidade. *Revista Nossa*, Brasília, Ano IV, nº 34, p. 16-20, jun. 2004.

_____. *Ethos Mundial*. São Paulo: Sextante, 2003.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento AGENDA 21 brasileira: *ações prioritárias*. Brasília: MMA/PNUD, 2002. (Capítulo 4 - Meios de implementação: mecanismos institucionais e instrumentos)

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. *Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios*. Campinas : Papirus, 2003.

CANADA. Government of Canada. Minister of Supply and Services. A Guide to Green Government. Ottawa, 1995. Disponível em: <<http://www.sdinfo.gc.ca/reports/en/ggg/Default.cfm>>. Acesso em: 05/12/2005.

CLARO, Priscila Borin de Oliveira; CLARO, Danny Pimentel e AMÂNCIO, Robson. *Entendemos Sustentabilidade em sua Plenitude? Análise de Fatores que Influenciam a Interpretação do Conceito*. In: Anais Eletrônicos do Encontro de Administração Pública e Governança – EnANPG da AnPAD 2004. Rio de Janeiro, 17 a 19 nov/2004. (código APS C2254). AnPAD, 2004. CD-ROM.

GIACOMONI, James. *Orçamento Público*. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

GIAMBIAGI, Fabio. Uma Proposta de Política Fiscal: O Orçamento Base Zero. Disponível em: <http://federativo.bndes.gov.br/Destaques/docs_Pagina_LRF/Fabio2.doc>.

IBGE. *Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2004*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

_____. *Vocabulário básico de recursos naturais e meio ambiente*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

PEREIRA, Romilson Rodrigues. *Orçamento Público e os Paradigmas do Desenvolvimento Sustentável*. Revista do Tribunal de Contas da União. Nº 112, Mai/Ago 2008, p. 89-96.

_____. *A Sustainable Development Strategy For The Brazilian Court Of Audit*. Fundação Canadense para Auditoria Integrada – CCAF/FCVI. Ottawa, 2004. Publicação eletrônica (on-line). Acesso pelo hyperlink : <<http://www.ccaf-fcvi.com/fellows/reports/Brazil2003.pdf>>.

SACHS, Ignacy. *O Tripé do Desenvolvimento Incluyente*. Palestrad Magna. Seminário de Inclusão Social, realizado em 22/23 set. 2003 no BNDES. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/inclusao_ignacysachs.pdf>. Acesso em 03 abr. 2006.

SACHS, Jeffrey David. *Dá para consertar*. Entrevista à jornalista Daniela Chiaretti. Valor Econômico – Caderno “Eu & Fim de Semana”, 2, 3 e 4 de março de 2012 - Ano 12 - nº 591, pp. 10-15.

VAN BELLEN, Hans Michael. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VANIA, Lúcia. PEC 29/2003 *Projeto de Lei de Responsabilidade Social*. Senado Federal. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/web/senador/luciavania/resp_social.htm>.

WORLD COMMISSION on Environment and Development. *Our Common Future*. Oxford: 1987.